

Eixo Temático 2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

**MEMÓRIA E ARQUIVO:
um estudo sobre a inserção da mulher na Polícia Militar de Alagoas**

**MEMORY AND ARCHIVE:
a study on the insertion of women in the Military Police of Alagoas**

Fernanda da Silva Alves Calheiros - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) -
fernanda.alvescalheiros@gmail.com

Magnolia Rejane Andrade dos Santos - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) -
magnolia@reitoria.ufal.br

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente estudo busca ampliar a visibilidade da questão da memória e da representatividade do gênero feminino na sociedade, no campo profissional e, especificamente, no ambiente militar. Voltando o olhar para um caminho com potencial valor científico e social e à luz da Ciência da Informação, objetiva compreender quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informações que guardam a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas a partir do ingresso das pioneiras da corporação alagoana.

Palavras-chave: memória; arquivo; gênero feminino; Polícia Militar.

Abstract: *The present study seeks to increase the visibility of the issue of memory and representation of the female gender in society, in the professional field and, specifically, in the military environment. Turning the gaze to a path with potential scientific and social value and in the light of Information Science, it aims to understand what they are and how the documents and sources of information that keep the memory of the female presence in the Military Police of Alagoas are organized from the entry of the pioneers of the corporation from Alagoas.*

Keywords: *memory; archive; feminine gender; Military Police.*

1 INTRODUÇÃO

Há muito, e sob as mais diversas vertentes, tem-se discutido a respeito do papel da mulher e a ocupação do espaço feminino na sociedade em geral. Este estudo se propõe a ampliaresto olhar enquanto se debruça sobre um aspecto peculiar: a presença da mulher no ambiente militar, mas para tanto recorrerá ao prisma da Ciência da Informação.

Os quartéis militares são historicamente, um território predominantemente (ou

exclusivamente) masculino, ruptura que, no Brasil, foi causada pela chegada das primeiras integrantes do gênero feminino. Embora os primeiros indícios desta mudança datem de meados de 1955, foi na década de 1980 que a dinâmica ganhou mais força em mais unidades federativas. Foi o que ocorreu na PM alagana. O instrumento legal que legitimou a entrada das mulheres foi instituído no ano de 1987, mas foi em 1989 que elas entraram em ação efetivamente.

Investigar este panorama e resgatar a história guardada nos documentos que registraram a trajetória da figura feminina nas corporações apresenta-se como um campo de pesquisa potencialmente frutífero. Para tanto, o presente estudo levanta o seguinte problema de pesquisa: Quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informações que guardam a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas?

Considera-se que “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 2007, p.39). Dito isto, apresenta-se o objetivo geral deste trabalho, que consiste em estudar a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas compreendendo e mapeando documentos e registros de informação a partir do ingresso das pioneiras na Corporação. A pesquisa em questão levanta e propõe um desdobramento em outros dois objetivos específicos.

Um deles é conhecer a trajetória histórica do ingresso das policiais militares femininas em Alagoas; o outro é investigar como se estrutura o arquivo funcional da Polícia Militar e de que forma este serve de aporte para a construção da memória das pioneiras da corporação; e, por fim, distinguir quais são as principais fontes documentais e qual a contribuição destas na organização do conhecimento no tocante à construção da memória institucional sob o recorte proposto.

A pesquisa proposta fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Para tanto, a metodologia se baseará na pesquisa bibliográfica e participante. Tomará ainda como método a análise de conteúdo e pesquisa documental com coleta de dados em fontes de informação como o acervo da Diretoria de Pessoal tanto no arquivo físico quanto no digital que guardam fichas funcionais e assentamentos dos servidores em geral e das pioneiras femininas.

A análise de conteúdo observará ainda outras fontes de pesquisas secundárias a

exemplo de acervos pessoais e familiares daqueles que possuem ligação com a temática estudada, jornais da época e material informativo institucional produzido pela assessoria de comunicação da corporação.

2 DESENVOLVIMENTO

A memória é considerada como propriedade de conservar certas informações. Le Goff (1990), por exemplo, afirma que a memória remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Enquanto isso, Japiassu e Marcondes (2006) definem que a memória seria uma capacidade de evocar o passado através do presente, podendo ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo. Já Lowenthal (2008) salienta que a função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. A memória, segundo o autor, ajuda a entender experiências passadas e, por meio dela é possível delinear, simbolizar e classificar o mundo. Compreendendo a conceituação, segue-se o contexto e objeto.

Em um país recém-saído de um regime militar que perdurou por 21 anos, respirando os ares de uma nova carta constituinte, a inserção feminina nos quadros das corporações faz parte de um contexto de transformações políticas, históricas e sociais consolidadas e respaldadas pela Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

No estado nordestino de Alagoas, em 21 de junho de 2019, foi sancionada a Lei nº 8.118. Por força dela, 28 de novembro foi instituído como Dia da Policial Feminina do Estado de Alagoas. A data remete ao dia de formatura da primeira turma de policiais femininas no Estado, ocorrida no ano de 1988. Mais do que uma efeméride, o calendário ressalta um marco significativo no âmago da instituição, desde que passou a incorporar o gênero feminino. “Em Alagoas, 12 sargentos e 35 soldados compunham a primeira turma de praças do sexo feminino na Polícia Militar” (ALAGOAS, 2019).

Alicerçada sobre o aporte teórico da Ciência da Informação, esta pesquisa propõe-se a dar visibilidade à temática. Para isso, estudará as fontes documentais que guardam a memória sob este aspecto de gênero. De forma específica, o parâmetro será o primeiro contingente feminino incorporado à Polícia Militar de Alagoas (PMAL). A turma de pioneiras formou-se em novembro de 1989 e abriu caminhos para o ingresso de outras praças e oficiais ao longo das décadas até chegar aos dias atuais.

Pressupõe-se que os arquivos que contêm os assentamentos funcionais do efetivo, tutelados pela Diretoria de Pessoal da PMAL, guardam informações sobre o efetivo da instituição policial militar e, além disso, da turma emblemática que foi a primeira formada exclusivamente por mulheres. Os registros de recursos humanos da instituição servem de referenciais e de pilares da memória em questão.

Pressupõe-se também que há outras fontes documentais, secundárias, porém ricas: edições de jornais, materiais de comunicação insitucional, além de fotografias e outros registros que fazem parte dos acervos pessoais de quem viveu essa história. Investigar e refletir sobre a representatividade do gênero feminino na sociedade, no campo profissional e, especificamente, no ambiente militar apresenta-se como um caminho com potencial valor científico e social. As lentes da Ciência da Informação e das Ciências Sociais delimitam perspectivas diferenciadas e são elas que nortearão esta pesquisa. Daí, segue-se para mais um conceito, que é o de Memória Institucional (MI). Esta se relaciona às questões de legitimidade em favor do sujeito enquanto ser social e coletivo, enfocando valores sociais como: moral, ética e crenças. Por outro lado, o conceito de memória no âmbito das organizações, conforme refletem Santos e Valentim (2021), se confunde com o de memória organizacional – termos que as autoras distinguem como “faces de uma mesma moeda”.

Sobre este aspecto, Pereira (2022) pontua que os dois termos carecem de conceitualizações sólidas na literatura da Ciência da Informação, bem como o entendimento de seus processos e suas preocupações. Já Fontanelli (2005), por sua vez, também menciona essa imprecisão conceitual, mas enfatiza que trabalhar com a memória de uma empresa é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que se reconhecem como tais e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o

desenvolvimento da instituição.

2.1 A mulher e a inserção no ambiente militar

Calazans (2004) apresenta um breve panorama da trajetória das mulheres no policiamento no cenário brasileiro desde os primeiros registros até a atualidade. Segundo a pesquisadora, atualmente, em 26 estados da Federação brasileira, há a participação de mulheres no ofício de polícia. O primeiro indício data da primeira metade da década de 1950, na região Sudeste, seguido Sul, somente 22 anos depois. A mesma autora, em outra obra, relata que:

Sabe-se que São Paulo foi pioneiro na inserção feminina nos quadros da polícia, no ano de 1955, depois, Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983. A mulher ingressou nas Polícias Militares com a criação do Pelotão de Polícia Militar Feminina ou das Companhias Femininas. (CALAZANS, 2003, p.17).

Calazans esclarece que, originalmente, elas “tinham como missão o trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos; com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em delitos penais”. (CALAZANS, 2003, p.17). Com o passar do tempo, além das atividades operacionais, as policiais femininas passaram a ser empregadas nas atribuições administrativas da corporação.

Voltando o olhar para a PMAL, passadas mais de três décadas, percebe-se que 47 mulheres abriram caminho para um universo que se ampliou. Em 2022, são contabilizadas 1138 pfems (termo utilizado no jargão militar para se referir a policiais femininas) no serviço ativo – dentre elas, a autora do presente estudo – e outras 410 que cumpriram a carreira e estão na inatividade.

A forma como esse conhecimento está registrado nos arquivos na instituição, e em outras fontes documentais como arquivos pessoais e até nas memórias afetivas de quem vivenciou essa construção e em outras fontes de conhecimento possibilitam um campo fértil para estudos de organização do conhecimento e da memória.

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana.

Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas e, particularmente, a pesquisa, quando se trata de uma instituição acadêmica. (TOUTAIN, 2012, p. 16).

Le Goff (2003) afirma que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. O autor também defende que documentos escritos sobre determinados fatos, quando deles são feitos testemunhos, vão além do tempo daqueles que foram testemunhas oculares e auriculares. Ultrapassam também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. “A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história”, enfatiza Le Goff (2003, p. 9).

2.2 Arquivo, documento e fontes de memória

O arquivo funcional da Diretoria de Pessoal (DP) da PMAL guarda as fichas físicas de cada uma dessas militares desde a inserção até o fim de suas carreiras. Parte deste acervo também já migrou para o sistema digital. O arquivo da DP, historicamente, fica localizado nas instalações originais do Quartel do Comando Geral, no Centro de Maceió. Condenado pela defesa civil, o prédio histórico foi desocupado em 2019, fechado para reforma e até abril de 2023, segue em andamento.

O material do arquivo foi armazenado em uma estrutura temporária para onde a DP foi realocada, nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante, no Tabuleiro do Martins, em Maceió. A instituição também conta com os registros de recursos humanos em plataforma digital. As fichas funcionais estão armazenadas em formato eletrônico e são acessadas por usuários da intranet da instituição desde que legalmente autorizados. O fato é que, conforme afirma Toutain:

[...] os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental

– são fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação. (TOUTAIN, 2012, p. 18).

O arquivo é, portanto, uma rica fonte documental sobre os aspectos institucional e histórico, posto que se trata de uma turma paradigmática. O estudo aqui proposto pode endossar a literatura que ainda é relativamente escassa. Apresenta-se, portanto, como um terreno para a Ciência da Informação e, de forma mais específica da linha Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos.

A contribuição social é outro aspecto que sustenta a justificativa desta pesquisa. Trata-se da observação da quebra do paradigma da exclusividade masculina e das transformações quanto ao papel social da mulher no interior de uma profissão e, por consequência, da sociedade. Todo esse percurso e seus desdobramentos – pressupõe-se, está guardado, documentado.

3 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que presença feminina no meio militar, de forma específica, napólicia já está consolidada após quase três décadas desde os primeiros indícios de inserção da mulher nas corporações. Em Alagoas a figura da policial feminina já é parte em todos os setores.

Como a pesquisa ainda encontra-se em andamento ainda não é possível definir de forma clara como tal conhecimento, no caso dos arquivos, está organizado. As hipóteses propostas mediante os pressupostos ainda carecem de respostas, respostas estas que devem ser encontradas no trajeto da pesquisa em etapas como o acesso ao arquivo da Diretoria de Pessoal (tanto o físico, quanto ao ambiente digital).

O fato é que a pesquisa em questão levanta uma proposta de debate enquanto propõe-se a aumentar o escopo de estudos transversais entre ciências da informação e representatividade de gênero. Resgatar e, consequentemente, amplificar esta memória é importante para que o conhecimento não se perca.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2940>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Silvana-Fontanelli/publication/309607622_Centro_de_Memoria_e_Ciencia_da_Informacao_uma_interacao_necessaria/links/5829a62d08ae825cda7ef498/Centro-de-Memoria-e-Ciencia-da-Informacao-uma-interacao-necessaria.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed, Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 12 de out. 2022.

PEREIRA, Debora. **Comunicação Científica, Memória Institucional e Memória Científica**: : Mapeamento e Análise na Literatura. Santa Catarina: UDESC, 2022. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/6936/Disserta_o_Debora_Maria_Russiano_Pereira_16612574587447_6936.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS (Alagoas). **28 de Novembro**: Dia da Policial Feminina é celebrado em Alagoas. [S. l.], 28 nov. 2019. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/noticia/872-28-de-novembro-dia-da-policial-feminina-e-celebrado-em-alagoas>. Acesso em: 10 nov. 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS (Alagoas). Alagoas celebra Dia da Policial Militar Feminina. In: **Alagoas celebra Dia da Policial Militar Feminina**. [S. l.], 28 nov. 2021. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/noticia/2102-alagoas-celebra-o-dia-da-policial-militar-feminina>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, Juliana; VALENTIM, Marta. Memória institucional e memória organizacional:: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 208-235, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/36235>. Acesso em: 4 out. 2022.

TELES, Silvio de Jesus. **Briosa**: a história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da pedra fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. (org.).

Preservação documental: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-21. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5613>. Acesso em: 21 nov. 2022.